

Paper do NAEA Volume 28

Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA¹

Juliana Azevedo Hamoy²

Mirleide Chaar Bahia³



RESUMO

O turismo, como prática social que utiliza o ambiente, deve ser planejado e organizado para que os efeitos negativos gerados pela atividade sejam minimizados. Essa atenção deve ser maior quando se trata de uma área protegida por sua relevância ambiental e/ou social. Nesse sentido, esse estudo tem o objetivo de analisar o planejamento e a gestão pública do turismo na Unidade de Conservação de Soure, no que se refere ao Desenvolvimento Local. Como procedimento teórico-metodológico, para essa pesquisa, de cunho qualitativo, foram utilizadas bases teóricas sobre Turismo em Unidades de Conservação, Desenvolvimento Local, Planejamento e Gestão Pública. Esta pesquisa foi realizada com estudos exploratórios combinando o referencial teórico, análise documental de planejamentos públicos com a pesquisa de campo no período de janeiro/2017 a fevereiro/2018, com observação sistemática e entrevistas semiestruturadas com os setores público, privado, moradores locais e visitantes. A partir do estudo, identificou-se que o principal desafio para consolidar o turismo numa perspectiva de preocupação socioambiental está a partir da participação e sensibilização dos agentes envolvidos.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento. Gestão Pública.

1 Estudo realizado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

2 Graduação em Turismo - Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Doutoranda no PPGDSTU/NAEA/UFPA.

3 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

ABSTRACT

The tourism, as a social practice that uses the environment, must be planned and organized so that the negative effects generated by the activity are minimized. This attention should be greater when it is an area protected by its environmental and / or social relevance. In this sense, this study has the objective of analyzing the planning and public management of tourism in the Soure Conservation Unit, with regard to Local Development. As a theoretical and methodological procedure, for this qualitative research, theoretical bases were used on Tourism in Conservation Units, Local Development, Planning and Public Management. This research was carried out with exploratory studies combining the theoretical reference, documentary analysis of planning with field research from January / 2017 to February / 2018, with systematic observation and semi-structured interviews with the public, private, local and visitor sectors. From the study, it was identified that the main challenge to consolidate tourism in a perspective of socio-environmental concern is based on the participation and awareness of the agents involved.

Keywords: Tourism. Planning. Public administration.

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a prática turística em Unidades de Conservação⁴ (UC) demanda uma atenção diferenciada acerca de aspectos econômicos e/ou administrativos, sociais e ambientais da atividade, com o intuito de minimizar seus efeitos negativos. Para tanto, é indispensável um processo de planejamento e gestão pública do turismo em UC que objetive compatibilizar os ideais de uma área natural a ser conservada, os interesses dos visitantes e o envolvimento da comunidade local (quando permitido o Uso Público⁵). A instituição de uma UC insere uma nova lógica de organização espacial para os usuários e o espaço de vivência em áreas legalmente protegidas.

Existem cerca de 2.071 UC⁶ no Brasil (BRASIL, 2017), dentre as quais está a ilha do Marajó, uma Área de Proteção Ambiental (APA) instituída pelo governo do Estado do Pará em 1989. Em seu interior está a cidade Soure, considerada a “capital” da ilha, sendo um dos municípios que tem significativo “apelo turístico” (BRASIL, 2016), com a especificidade de ter uma faixa de terra como Reserva Extrativista⁷ Marinha⁸ (RESEX), denominada Reserva Extrativista Marinha de Soure, de instância federal, a qual está sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)⁹.

Essa pesquisa teve por objetivo analisar o planejamento e a gestão pública do turismo na Unidade de Conservação de Soure, no que se refere ao Desenvolvimento Local. Como procedimento teórico-metodológico, foram utilizadas bases teóricas sobre Turismo em Unidades de Conservação, Desenvolvimento Local, Planejamento e Gestão Pública. De cunho qualitativo, esta pesquisa foi realizada com estudos exploratórios combinando o referencial teórico, análise documental de planejamentos públicos com a pesquisa de campo no período de janeiro/2017 a fevereiro/2018, com observação sistemática e entrevistas semiestruturadas com os setores público, privado, moradores locais e visitantes.

A análise do planejamento e gestão pública do turismo na UC de Soure tem sua relevância no sentido de pesquisar a realidade local, auxiliar com novos estudos sobre o Uso Público e, a partir do estudo realizado, contribuir com o processo de construção de novos olhares sobre a região amazônica e, mais especificamente, sobre Soure.

4 Unidades de Conservação são espaços territoriais, com relevantes características naturais, que têm a função de garantir a existência de diferentes comunidades, habitats e diversidade de fauna e flora, resguardando o patrimônio biológico existente (BRASIL, 2000).

5 Nelson (2012, p. 215), apresenta a utilização das UC pelo público dizendo que é “uma maneira de aproximar as pessoas da natureza enquanto gera renda para sua conservação e para seus moradores e os do entorno”.

6 Informação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), que tem por objetivo disponibilizar informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), além de apresentar as características gerais de cada UC do país (BRASIL, 2017).

7 Reserva Extrativista é uma Unidade de Conservação utilizada por comunidades extrativistas tradicionais, que têm sua subsistência baseada na extração e agricultura de subsistência, além da criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos a proteção dos meios de vida a cultura dessas comunidades (COSTA, 2002).

8 Ainda que a faixa de terra litorânea de Soure seja uma RESEX Marinha, nesse estudo será mencionado como “RESEX de Soure”.

9 O ICMBIO é uma autarquia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) responsável pela gestão de UC federais.

REFERENCIAL TEÓRICO

As questões que cercam a relação entre a natureza e a sociedade se intensificaram qualitativa e quantitativamente após a década de 1960, e indicaram que as ações humanas estavam transformando consideravelmente o meio ambiente, em escala crescente. Com os danos causados, o ser humano deveria então buscar a resiliência do meio natural e a capacidade de desenvolver relações minimamente danosas com os demais seres do planeta, em prol do chamado “desenvolvimento” (LEFF, 2010).

Dentre as vertentes do desenvolvimento, está o chamado “desenvolvimento local”, que surge como uma resposta aos desafios da concorrência internacional, de modo que a sociedade, por meio de organizações, associações e redes públicas e privadas criem novas alternativas de gestão, possibilitando a participação e liderança em ações e projetos, interagindo nos distintos segmentos econômicos e sociais para otimizar “suas vantagens competitivas e sejam incentivadoras do desenvolvimento econômico” (BARQUERO, 2002, p. 33).

O desenvolvimento local propõe que as demandas da população local sejam atendidas por meio de uma participação ativa da comunidade, de modo que o objetivo é o bem estar social, cultural e econômico dos próprios moradores locais em seu conjunto (BARQUERO, 2002). Para Barquero (2002), os processos de desenvolvimento local podem ser definidos a partir da capacidade da própria comunidade local de controlar as mudanças ocorridas em uma região. O intuito é que esse desenvolvimento priorize ações vindas da comunidade local para a satisfação das necessidades coletivas.

O turismo pode ser um fio condutor de desenvolvimento local quando a iniciativa para inserir a atividade ou mesmo reorganizar seu modo de dinamização vem para atender aos anseios da comunidade, se mostrando como uma resistência às tendências de um turismo de massa, que desconstrua a imagens por vezes estereotipadas criadas externamente (QUARESMA, 2003). O desenvolvimento local por meio da atividade turística se baseia no ideal de construção de um novo modelo de promoção do turismo enquanto prática social, direcionada para o lugar que recebe os visitantes e para os agentes (os moradores locais) que participam desse processo.

A possibilidade de desenvolvimento local a partir do turismo deve incluir dinâmica de participação dos atores locais, buscando romper com o modelo de um turismo massivo. De modo geral, a perspectiva do desenvolvimento local em relação ao turismo (em especial em UC), necessita de uma integração entre os agentes que dinamizam a atividade (turistas, comunidade receptora, e poderes público e privado), de modo a compatibilizar as condições físicas, ecológicas, econômicas e sociais das UC efetivadas por meio de um processo cíclico de planejamento e gestão pública com base na participação da comunidade que possibilite a instrumentalização dos moradores locais para gerenciar o turismo.

O turismo, por ser considerado uma atividade transformadora do espaço, necessita de uma organização, de um mediador que avalie os efeitos negativos e maximize os benefícios. Esse papel cabe ao setor público, no sentido de prezar pelo bem-estar da sociedade, para que as atividades possam gerar mais do que crescimento econômico, colaborando com a distribuição dessa renda e trazendo desenvolvimento local, regional e nacional. Além da mediação do setor público, é indispensável a existência de um planejamento que envolva todos os atores envolvidos no processo. Acerca do planejamento voltado para a atividade turística, Ruschmann (1997) aborda sobre a necessidade no ordenamento das ações humanas

no território, para que as ações sejam direcionadas para a construção de facilidades e equipamentos de maneira adequada, minimizando os efeitos negativos, como a redução da atratividade turística ou mesmo sua destruição.

Além do processo de planejamento, é necessário compreender que este é um instrumento de significativo poder¹⁰ (MATUS, 1989), pois é nele que as ações serão realizadas. No turismo, a preocupação com o planejamento e as políticas públicas ocorreu somente após o crescimento do setor turístico, como possível e real indutor de desenvolvimento.

A gestão pública se baseia na capacidade do Estado em promover o desenvolvimento pautado pelas políticas públicas escolhidas e administradas adequadamente (BRESSER-PEREIRA, 2010). As políticas públicas surgem e incidem de acordo com os acontecimentos da sociedade e das relações entre as esferas de governo. A importância do planejamento para as políticas públicas se mostra no planejar como algo contínuo, que se adequa de acordo com a realidade e com os processos democráticos eleitorais.

De modo geral, a perspectiva do desenvolvimento local em relação ao turismo (em especial em Unidades de Conservação), necessita de uma integração entre os agentes que dinamizam a atividade (turistas, comunidade receptora, e poderes público e privado), de modo a compatibilizar as condições físicas, ecológicas, econômicas e sociais das UC efetivadas por meio de um processo cíclico de planejamento e gestão pública com base na participação da comunidade que possibilite a instrumentalização dos moradores locais para gerenciar o turismo.

LOCAL DE ESTUDO

Soure é uma cidade distante 90 km de Belém (capital do Estado) e se localiza ao leste da ilha do Marajó. Está situada à margem esquerda do rio Paracauari, e é considerado o maior município do arquipélago marajoara. Possui extensão territorial de 3.517,318km² e tem 24.682 habitantes (BRASIL, 2018). Soure tem sua área litorânea instituída como RESEX, criada em 2001, pelo Decreto s/nº de 22/11/2001, e tem por “objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2001, s/p). A RESEX abrange uma área com ecossistemas diversificados que se constituem como relevante patrimônio ambiental.

No interior da RESEX, com 29.578,36 hectares (BRASIL, 2017a), habitam cerca de 1.300 famílias ligadas diretamente a atividades de extração de peixes, crustáceos, moluscos e extração vegetal de modo sustentável na UC, como pescadores artesanais, caranguejeiros, artesãos e famílias complementam a renda com o fluxo de visitantes gerado pela atividade turística. Na RESEX existem quatro comunidades residentes: a Comunidade do Pedral, a do Cajuuna, a do Céu e a Vila do Pesqueiro. Dessas, as duas últimas se destacam pela relevância turística no município, as quais foram foco desse estudo, juntamente com a área urbana de Soure.

A Comunidade da Vila do Pesqueiro possui cerca de 100 famílias (grande parte nascidos na vila), se situa a 8 km de Soure e o deslocamento é feito via PA 154. Como o próprio nome

10 Para Weber (1994, p.33), o poder é “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.

sugere, a principal atividade dos habitantes é a pesca, juntamente com a extração de produtos de origem vegetal, e turismo. É importante considerar que a localização do Pesqueiro facilita o acesso de visitantes.

A Comunidade do Céu tem cerca de 45 famílias e está situada a 20 km de Soure. O deslocamento é geralmente por meio de uma estrada estadual, via PA-154, que passa por uma propriedade privada, a Fazenda Bom Jesus, que cobra uma taxa para que visitantes passem pelo seu terreno. Também é possível chegar de canoa, partindo da comunidade do Pesqueiro, porém é necessário andar alguns quilômetros (dependendo da maré). A localização, à margem da Baía do Marajó, facilita o desenvolvimento da atividade pesqueira, principal atividade dos moradores. As casas das comunidades da RESEX são construídas de madeira e com piso suspenso. O motivo de adoção desse modelo de construção é que no período do inverno amazônico, a vila fica alagada.

PESQUISA DE CAMPO

Com o planejamento os gestores definem os objetivos, detalham indicadores e traçam metas. Para que esse planejamento seja transformado em realidade, os gestores tomam decisões que necessitam de competência, coragem e um grau de autonomia (BRESSER-PEREIRA, 2010), além da ciência de que suas decisões influenciarão na realidade de terceiros. Neste item serão expostos os resultados da pesquisa de campo realizada com os quatro agentes que planejam e/ou gerenciam e/ou atuam no turismo em Soure. Inicialmente serão expostos os dados coletados com o setor público (municipal, estadual e federal), posteriormente o setor privado (hotéis, agência de viagem, fazendeiro e condutor de turismo), os moradores locais e os visitantes.

Setor público

Para os representantes do setor público (tanto gestores do turismo quanto do meio ambiente), a pergunta foi acerca do planejamento do turismo em Soure, considerando que se trata de uma área de relevante interesse social e ambiental. A Secretaria de Turismo de Soure (SETUR/Soure) afirmou que não há um processo de planejamento que guie suas ações. Há uma organização para reforma administrativa da SETUR/Soure, para então iniciar o planejamento efetivo para o turismo. Para que o planejamento seja concretizado em documento, o técnico da SETUR/Soure ressalta a importância de envolver a sociedade, por meio do Conselho Gestor do Município (que está em fase de reativação). Afirma que é necessário que os membros (composta por setor público, privado e moradores) do conselho saibam seu papel e sua atuação.

A SETUR/Soure tem se dedicado também à organização da Conferência Municipal de Turismo. Este seria o início para a elaboração de um plano de desenvolvimento local por meio da atividade turística. A conferência teria por objetivo o diálogo entre a comunidade local e os setores público e privado, na busca de estratégias que, a curto, médio e/ou longo prazo, fortalecessem as políticas de turismo.

A formação da Conferência Municipal de Turismo seria um modo de evitar essa descontinuidade com a participação dos agentes envolvidos, de modo que com os debates, estratégias com

propostas, metas e formulação de ações (na concretização de um plano), a conferência seja uma ferramenta para alinhar interesses e envolver os moradores locais e os setores público e privado. Na fala do técnico da SETUR/Soure, percebe-se uma atenção quanto ao tempo de gestão. É relevante ressaltar quanto à ruptura que por vezes acontece com a mudança de governo que resulta em descontinuidade na implementação da gestão pública, pois quando um governo muda, há também uma mudança na sua ideologia, influenciando nas diretrizes.

A SETUR/PA conta com três documentos que guiam as ações de planejamento e gestão do turismo no Marajó. Soure está entre as cidades turísticas mais relevantes da ilha, e é citada em dois desses documentos. O primeiro é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS do polo Marajó¹¹, elaborado em 2009. O segundo é o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará – o Ver-o-Pará, elaborado em 2011. Porém, são documentos que estão com informações defasadas. A gestão do turismo pela SETUR/PA se volta para um planejamento específico para sol e praia. Soure recebe investimentos públicos do governo estadual, principalmente para a qualificação da mão de obra, de modo que a principal beneficiária dessa qualificação é a comunidade do Pesqueiro, enquanto as demais ficam como coadjuvantes no processo. Nos documentos de planejamento da SETUR/PA, à exceção do Programa de Qualificação Profissional do Turismo (PEQTUR), não são citadas ações específicas voltadas ao turismo específico em Unidades de Conservação.

O que se percebe nos documentos de planejamento das ações da SETUR/PA é que são ações voltadas diretamente para o mercado turístico. E isso não é uma crítica necessariamente, já que a atividade turística envolve a economia. Contudo, as práticas turísticas não devem ser limitadas aos serviços prestados aos turistas ou à infraestrutura e equipamentos da cidade, que ambos são inegavelmente importantes. É, para além disso, incluir a comunidade local que busca uma inserção no Turismo de Base Comunitária¹² (TBC).

A gestão municipal do Meio Ambiente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Soure (SEMMA/Soure) não possui nenhum planejamento e/ou ação para o uso público municipal (mais especificamente o turismo) e suas ações são pontuais, com parcerias com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio). Na SEMMA/Soure, as ações principais são o parecer de licenciamento ambiental, a verificação de denúncias e fiscalizações, e as ações educativas em eventos e escolas.

O planejamento e gestão ambiental na APA Marajó, em nível estadual, é coordenado pelo IDEFLOR-Bio e também demonstra um cuidado relevante, especialmente em Soure, ainda que as ações sejam mais esporádicas, se comparadas ao ICMBIO. É importante considerar que o IDEFLOR-Bio possui sede apenas em Belém, e essa distância compromete o trabalho dos gestores. Ainda assim, há uma mobilização quanto às fiscalizações periódicas e cursos de qualificação, principalmente de elaboração e condução de trilhas e primeiros socorros. Soure conta com a presença física do ICMBIO, onde os técnicos se disponibilizam, incentivam e sempre buscam interação com o IDEFLOR-Bio. De acordo com o entrevistado do IDEFLOR-

11 Elaborado pela então Empresa Paraense de Turismo, a PARATUR. A SETUR/PA foi criada em 2011.

12 Para Coriolano (2009, p. 67), TBC é caracterizado quando “[...] os residentes possuem controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos. [...] se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, daí o avanço para as gestões integradas”.

Bio, essa parceria auxilia na intensificação das ações, ressaltando que a equipe do ICMBIO de Soure é bem articulada e sempre envolve outros órgãos e a comunidade local.

O ICMBIO se mostrou, no decorrer desse estudo, o órgão com maior influência e mais atividades em execução na área da RESEX. Projetos como o “Praias de Soure”¹³, e o “Jovens protagonistas”¹⁴ apontam que a articulação para o desenvolvimento local existe, mas que é voltada não para o município de Soure, mas para a área da RESEX.

A percepção que se tem é que, pela dinamização de ações criada pelo ICMBIO, os demais agentes públicos, conseguem ter uma articulação, de modo que é a partir das atividades direcionadas por esse órgão federal que as demais instituições públicas se mobilizam para colaborar em busca de uma atividade turística que traga mais benefícios do que prejuízos à sociedade, ao meio ambiente e aos visitantes.

Setor privado

Em Soure, não foram identificadas organizações do setor privado voltadas para o desenvolvimento do turismo, apenas a Associação dos Comerciantes, que atende todos os comerciantes da cidade, independente do segmento mercadológico. Foram entrevistados três representantes de hotéis da área urbana e uma agência de viagens, os quais informaram a inexistência de articulação entre agentes privados. A pergunta para esses agentes foi sobre se eles sabiam da UC e, em caso positivo, se essa informação era repassada ao hóspede, o entrevistado afirmou: “Eu não sabia. [...] eu não sei de nada disso” (informação verbal¹⁵). Complementou informando que a ação do setor público é “pra marcar reunião na prefeitura ou outro local. [...] São reuniões que eles falam sobre o meio ambiente, que não pode tirar pedra daqui, areia dali, porque vai acabando”. Outro entrevistado, representante de hotel, afirmou saber que se trata de uma RESEX, e ressaltou a presença do ICMBIO. Mas não tinha conhecimento que a área urbana de Soure, onde seu hotel se localiza, faz parte de uma APA.

Foi entrevistado também o proprietário da Fazenda São Jerônimo, referência em atividades e passeios em Soure. A fazenda, que já atua há 18 anos no mercado, recebe visitantes para passeios de búfalo, no igarapé, no mangue e em trilhas. Antes a fazenda também disponibilizava serviço de hospedagem, porém, pela falta de reservas, apenas os passeios foram mantidos. O proprietário da Fazenda informou que as atividades desenvolvidas foram organizadas sem nenhum tipo de apoio/incentivo do setor público, contudo seus colaboradores já participaram de cursos de qualificação de condutor de trilhas ofertado pelo estado. Sobre essas capacitações, o proprietário da Fazenda informa que:

13 Desenvolve e amplia ações voltadas tanto para a população local quanto aos turistas, promovendo a conservação e o uso adequado das praias, mangues e restingas durante o período de veraneio.

14 Objetiva [...] diagnosticar e fomentar o surgimento de novas lideranças em áreas protegidas e entorno, assim como promover o fortalecimento comunitário visando multiplicar conhecimentos para fortalecer a gestão participativa. Na prática, busca-se estimular a participação dos jovens das decisões socioambientais das comunidades, trazendo suas valiosas e criativas contribuições para a gestão da área (BRASIL, 2015).

15 Entrevista com gerente do hotel 01, em 11/2017.

[...] nós precisamos de ajuda é pra capacitar o nosso pessoal. Não adianta [...] chegar aqui, e aí vai pessoas que não estão realmente ligadas à parte do turismo. E aí o curso não adianta de nada. Tem que ir onde faz turismo. E onde faz turismo? Na fazenda São Jeronimo, fazenda Sanjo, fazenda Bom Jesus. Tem que vir falar aqui, pra gente programar uma capacitação, o melhor condutor de turismo é o marajoara (INFORMAÇÃO VERBAL¹⁶).

Ao fazer essa afirmação, pode-se entender que a compreensão do proprietário da fazenda é que a capacitação deve ser feita para quem trabalha diretamente com o turismo, ou seja, as fazendas. Para esse entrevistado, a qualificação da comunidade para receber os turistas deveria ser direcionada apenas para os profissionais da área.

Foi entrevistado também o proprietário de uma agência que faz receptivo de turistas em Soure. A empresa, que formalmente atua no mercado há seis anos, faz parte da Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV) e participa de eventos voltados à divulgação do Marajó, como a Feira Internacional de Turismo da Amazônia (FITA), realizada anualmente em Belém, e outros eventos fora do Estado.

O proprietário da Agência de receptivo de Soure, que segundo o mesmo, é voltada para o ecoturismo, afirmou ter conhecimento sobre o Marajó ser uma APA e também ter uma faixa de terra de RESEX. Ao perguntar se existia o repasse dessas informações para os turistas, ele informou que sim:

Sim, a gente fala pra eles. Fala que eles não podem jogar o lixo no chão, que não podem pegar flores e plantas, que não pode entrar no mangue... É uma série de restrições que são necessárias aqui, que o ICMBIO informa pra todo mundo. Então com os turistas é a mesma coisa. Se o morador não pode, o turista também não. Porque se o turista fizer algo que não pode, aí o morador acaba querendo tirar satisfação com o ICMBIO. Mas a gente tem cuidado com isso. Mesmo com os grupos maiores, a gente coloca mais guia de acompanhamento (INFORMAÇÃO VERBAL¹⁷).

De acordo com o proprietário dessa agência, o repasse de informações quanto aos cuidados socioambientais em Soure é realizado de modo informal, no decorrer das atividades e passeios. Ele informou que essa pergunta, quanto ao repasse de informações sobre a APA e RESEX, ampliou seu olhar sobre o assunto, e que seria uma ideia para colocar em prática:

Olha, eu ainda não tinha atentado pra isso. Porque quando o cliente pede orçamento, a gente faz individual. Aqui a gente não fecha pacote fechado. Cada cliente monta da sua preferência. E aí eu mando um tarifário que também é informativo. São acho que 15 páginas com informações dos passeios e valores daqui e de Salvaterra. Mas é mais Soure mesmo. E seria uma ideia colocar nessas informações que aqui é uma RESEX, né? Porque olha, o Marajó não é divulgado como RESEX. Os turistas vêm pra cá e são informados pelo guia. Os que vêm por conta própria, sem agência, as vezes nem sabem (INFORMAÇÃO VERBAL¹⁸).

16 Entrevista com proprietário da Fazenda São Jeronimo, em novembro/2017.

17 Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

18 Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

Os passeios realizados pela agência de viagens em Soure, de acordo com o proprietário, são sempre acompanhados pelo guia local, com experiência de “anos de guiamento” (informação verbal¹⁹). Porém, quando o passeio é realizado nas Comunidades do Céu e do Pesqueiro, há também o acompanhamento de um condutor local, qualificado pelo PEQTUR.

Foi entrevistado também um condutor de turismo local de Soure, que já atua na profissão há 20 anos e faz parte da Associação de Turismo do Marajó. Para o condutor entrevistado, a principal questão que dificulta o desenvolvimento de Soure por meio do turismo é a infraestrutura, e

[...] principalmente o porto. O cais lá pra receber grupo de idoso é bem difícil. Tudo de madeira lá. Mas o prefeito agora ta mudando. Ta ajeitando a orla, tá bem cuidado. A gente vê que isso vem aos poucos, tem a crise, então não dá pra exigir muito, principalmente desse setor. Mas aqui, o que eu vejo é uma falta de estrutura. Porque assim, tem pousada pra receber família, e tudo bem, que acolhe. Mas pra evento como teve recente agora, que veio fazendeiro de toda a região, ai não teve como. Não tem como atender os turistas assim, porque acaba prejudicando o serviço, fica tudo sobrecarregado. Ai não alcança o turismo de massa. Ninguém vem. E ai a divulgação fica negativa (INFORMAÇÃO VERBAL²⁰).

Ao citar a questão estrutural que em Soure não comporta um número grande de visitantes, o condutor entrevistado cita que esse quadro impossibilita que o fluxo turístico aumente, que alcance o turismo de massa. Em contraponto, foi questionado se o número massivo de visitantes não seria prejudicial ao meio ambiente, e a resposta foi que no decorrer do tempo, houve uma mudança na condução de seus passeios com os turistas, onde agora os visitantes se mostram mais “conscientes do meio ambiente, até pela comunidade aqui, que nas praias, por exemplo, já sabem que é uma unidade de conservação aqui” (informação verbal²¹), alegando que se todos os turistas fossem sensíveis à questão social e ambiental, o número de visitantes não seria relevante.

E essa afirmação define em parte a percepção do setor privado que é significativo ser ressaltado quanto ao turismo, onde o desafio é comportar o fluxo de turistas buscando manter as condições da comunidade local, onde não é limitar ou permitir acesso irrestrito a determinado lugar, mas sim realizar o manejo desse crescimento de modo a não trazer danos irreversíveis ao meio ambiente ou aos moradores locais. De acordo com Petrocchi (1998, p. 59), “[...] a expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes. Deve-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social”.

Comunidade Local

Para a compreensão do planejamento e da gestão pública do turismo, principalmente no que tange ao desenvolvimento local, os moradores se mostram como agentes-chave. Foram entrevistados oito moradores da comunidade do Pesqueiro, 06 moradores da comunidade

19 Entrevista com proprietário de agência de receptivo, em fevereiro/2018.

20 Entrevista com um condutor de turismo de Soure, informação realizada em novembro de 2017.

21 Entrevista com um condutor de turismo de Soure, informação realizada em novembro de 2017.

do Céu e os moradores da área urbana de Soure. Todos os moradores da comunidade do Pesqueiro são cientes que se trata de uma RESEX (possuem a concessão de uso da terra). Dentre os moradores da área urbana, só souberam que existia a RESEX por meio das placas espalhadas pela cidade.

Ao perguntar se o turismo é uma atividade positiva ou negativa, todos os entrevistados ressaltaram os aspectos econômicos. Os entrevistados identificam o turismo como uma atividade capaz de dinamizar a economia local, seja pela geração de emprego e renda, a partir da oferta de serviços turísticos na praia e nas próprias comunidades, seja com a valorização cultural, a partir da produção do artesanato, que é capaz de reafirmar a identidade local, como um aspecto positivo gerado pela atividade turística.

Sobre a participação da comunidade no planejamento e ordenamento do turismo, foi identificado um desnível entre a área urbana de Soure e as comunidades do Céu e Pesqueiro. Na área urbana de Soure houve inexistência de moradores entrevistados que fossem envolvidos em qualquer diálogo com o setor público municipal. Destaque para um morador que informou: “Não tem nada aqui. Só funciona o posto de informação lá na orla. [...] Mas a gente aqui não vê nada de turístico. [...] É muito mal cuidado tudo” (INFORMAÇÃO VERBAL²²).

Na vila do Pesqueiro os moradores se mostram mais envolvidos e articulados nas tomadas de decisão. Entre os entrevistados, a maioria participa ou já participou da Associação de Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), principal organização civil da comunidade para a tomada de decisões. Ao ser perguntado sobre a integração entre os setores públicos e os moradores do Pesqueiro, a resposta foi: “Não. A organização aqui é da comunidade”²³. Percebe-se que a maioria das ações no processo de organização da comunidade com relação às práticas de turismo parte dos próprios moradores. Essa participação é um pressuposto para o desenvolvimento local, pois é o que torna o desenvolvimento mais humano (BARQUERO, 2002). Destaca-se que a participação deve ser entendida como um “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender” (MARTINS, 2002, p. 54). Esse é um processo permanente que vem se solidificando na comunidade do Pesqueiro.

Porém, nem todos se fazem presentes nessas reuniões, conforme afirma um morador do Pesqueiro, quando perguntado sobre a existência de envolvimento da comunidade nas ações públicas para o turismo, afirmou: “a comunidade aqui é unida. Só que também tem os que não participam. Que querem fazer sozinhos. Veio até gente falar do turismo comunitário²⁴ aqui. Mas nem todo mundo aqui participou”.

Na vila do Pesqueiro, apesar de existir a integração e organização entre a maioria dos moradores, foi percebido que alguns não se sentem representados, e por isso não se motivam a participar das discussões relacionadas ao planejamento do turismo na comunidade, bem como ações voltadas para o meio ambiente. Essa ausência de motivação pode estar relacionada ao que um morador da comunidade do Pesqueiro ressaltou: “Eu não participo

22 Entrevistado 15 – Morador da área urbana de Soure, informação concedida em 11/2017.

23 Entrevistado 07- Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em 07/2017.

24 Na vila do Pesqueiro, há um processo de organização para o TBC, que objetiva a troca de experiências e a participação comunitária na sua organização, a partir de uma relação de confiança entre os atores locais.

da associação, então, a gente não fica sabendo muito desses encontros. Mas também não é muito do interesse da gente. Porque eles decidem e fazem”²⁵.

Na comunidade do Céu, a participação se mostrou ainda em processo de articulação, pois os moradores entrevistados afirmaram não participar de reuniões e debates de assuntos voltados para o turismo, conforme pode ser percebido na fala de um morador da Comunidade do Céu: “eu não participo não. Porque eu acho que nem adianta, porque não muda as coisas. [...] Se esperar pelo governo, a gente fica abandonado mesmo”²⁶.

Percebe-se que o principal desafio para consolidar o turismo numa perspectiva de preocupação socioambiental está, a partir da perspectiva dos setores público, privado, moradores e turistas, em duas palavras: participação e sensibilização. A participação não apenas para conseguir benefícios, mas colaborar e intervir no processo de tomada de decisões em todos os níveis. Buscar uma gestão não exclusiva do setor público, com a integração dos envolvidos para então tomar decisões sobre a gestão da UC. Compreendeu-se que as intenções dos moradores de Soure não estão coadunadas com ICMBIO gerando assim um conflito de interesses e dificultando a busca de um interesse comum. Além disso, os turistas que viajaram para o município fora do período de Julho/2017, não tiveram acesso às atividades e demais informações sobre a RESEX. Essas informações poderiam viabilizar uma sensibilização ambiental por parte desses turistas.

Visitantes

Em Soure, o período com maior fluxo de visitantes ocorre no mês de julho, que além de ser período de férias escolares, é verão na região Norte do país. Para esse estudo, foram entrevistados 16 turistas no total, sendo 10 no período de alta e seis no período de baixa temporada (novembro/2017). Os visitantes entrevistados eram de Belém, São Paulo e Fortaleza. A análise das entrevistas foi realizada, inicialmente, considerando os entrevistados que sabiam que Soure é uma UC e, posteriormente, os que não sabiam dessa particularidade.

A pergunta principal feita a todos os turistas entrevistados era quanto ao seu conhecimento de Soure ser uma Unidade de Conservação. A princípio, não foi citado sobre as categorias de UC, para que não houvesse algum tipo de dificuldade de compreensão.

Dentre os 16 turistas entrevistados apenas quatro chegaram a Soure sabendo que se tratava de uma UC. Desses quatro turistas, dois eram um casal oriundo de São Paulo/SP, foram pela primeira vez, organizaram sua viagem a partir de sites da internet e não contrataram serviços de agência. Na sua passagem por Soure, no mês de julho de 2017, se hospedaram em um hotel na área urbana e realizaram passeios principalmente pelas praias de Soure e Salvaterra.

A descoberta sobre Soure ser uma UC, por parte de alguns turistas, veio por meio de pesquisas *online* realizadas antes da viagem. Um dos turistas entrevistados na praia do Pesqueiro fez uma ressalva:

25 Entrevistado 07 – Morador do Pesqueiro, informação concedida em 07/2017.

26 Entrevistado 03 – Morador da Comunidade do Céu, entrevista realizada em julho/2017.

Eu sei porque eu pesquisei. Mas quando a gente chegou, não tinha nada direcionado. São poucas placas sobre isso, e de cuidado com a natureza mesmo não vi nada. Tem aqui, vi umas ações e a fiscalização. Mas no centro parece uma cidade normal (INFORMAÇÃO VERBAL²⁷).

As placas as quais o turista se refere são as de informação quanto a ser uma UC e sobre o que é permitido ou não ser feito. A partir desse relato, percebe-se a importância de sensibilizar os visitantes sobre a questão ambiental. Para Leff (2007), a educação ambiental gera a racionalidade ambiental, que cria uma nova ética nos comportamentos humanos em acordo com a natureza.

Sobre a infraestrutura da cidade, um turista respondeu que:

No geral é boa. Os moradores são simpáticos, ajudam... Mas aqui por, exemplo, não tem banco 24h, e são poucos os lugares que aceitam cartão. As informações aqui também são desconstruídas e seria bom ter transporte público. A gente contratou um táxi para nos levar, mas nós preferimos ter autonomia. O que é bom é a segurança aqui. É bem tranquilo (INFORMAÇÃO VERBAL²⁸).

Os outros dois turistas entrevistados, um casal, que estava com os filhos, era de Belém, e já frequentavam Soure há cerca de três anos, pois têm família morando na cidade. A viagem para Soure foi feita por meio da Balsa, de modo que essa família estava com veículo próprio.

O casal soube que Soure se tratava de uma RESEX por meio do ICMBIO, que com o projeto “Praias de Soure” trouxe a informação, com sensibilização direta nas praias. Um dos turistas entrevistados afirmou ser “uma iniciativa boa, porque do mesmo jeito que a gente aprendeu, outros também pode aprender” (informação verbal²⁹). Esses turistas entrevistados escolheram Soure pela tranquilidade nas praias, que por ser proibido o acesso de veículos, as crianças podem ficar mais sossegadas. Contudo, mesmo sabendo da existência da RESEX em Soure, os quatro turistas entrevistados informaram não ter um cuidado diferente com o lugar, se restringindo a não jogar lixo na praia.

Os outros 12 turistas entrevistados, os quais não sabiam que se tratava de uma UC, tiveram acesso a essa informação já em Soure, por meio das placas e/ou ações do ICMBIO. Destaca-se que nenhum dos turistas entrevistados sabia que o Marajó se tratava de uma APA.

Os visitantes de fora do estado que foram entrevistados disseram que fizeram a reserva de serviços como hotel, passeios etc. por conta própria e pesquisaram sobre o Marajó e os passeios disponíveis, com a ajuda de sites da internet, não utilizando serviços de agência e/ou operadoras de viagem. Ainda que tenham adquirido informações prévias sobre a UC de Soure, foi ressaltada a necessidade de mais informações no local de desembarque (porto de Soure), com atividades durante o percurso de lancha/balsa.

27 Entrevistado 02- turista oriundo de São Paulo - informação concedida em julho de 2017.

28 Entrevistado 02- turista oriundo de São Paulo - informação concedida em julho de 2017.

29 Entrevistado 04- turista oriundo de Belém - informação concedida em julho de 2017.

RESULTADOS

Percebe-se que o principal desafio para consolidar o turismo numa perspectiva de preocupação socioambiental está, a partir da perspectiva dos setores público, privado, moradores e turistas, em duas palavras: participação e sensibilização. A participação não apenas para conseguir benefícios, mas, sobretudo, colaborar, auxiliar e intervir no processo de tomada de decisões em todos os níveis. Buscar uma gestão não exclusiva do setor público, com a integração dos envolvidos para então tomar decisões sobre a gestão da UC. Compreendeu-se que as intenções dos moradores de Soure não estão coadunadas com ICMBIO gerando assim um conflito de interesses e dificultando a busca de um interesse comum. Além disso, os turistas que viajaram para o município fora do período de Julho/2017, não tiveram acesso às atividades e demais informações sobre a RESEX. Essas informações poderiam viabilizar uma sensibilização ambiental por parte desses turistas.

Porém, buscar ações que estejam integralmente alinhadas entre os setores público e os moradores locais se mostra uma realidade desafiadora, pois no campo social, cada agente possui interesses que podem ou não ser semelhantes. Bordenave (1994) ressalta que a participação não deve ser sacralizada. Isso porque, do mesmo modo que a participação pode resolver conflitos, também pode criá-los. “É um erro esperar que a participação traga necessariamente a paz e a ausência de conflitos” (BORDENAVE, 1994, p. 79). Ainda que pareça contraditório ressaltar a participação e, posteriormente, criticá-la, é necessário compreender que ela não é a ‘tábua de salvação’ dos problemas existentes seja em Soure, em outras UC ou qualquer outra circunstância. Porém, a participação é a “maneira mais evoluída e civilizada de resolver os problemas” (BORDENAVE, 1994, p. 79).

O ICMBIO se mostra disponível ao debate de interesses para o alcance de um objetivo comum – no caso, o turismo. Contudo, as restrições de uso na RESEX acabam por inibir esse debate. A resistência por parte dos moradores da RESEX em aceitar as restrições de uso, bem como a obrigatoriedade de mudança na dinâmica do modo de vida local, são fatores que restringem a integração e um possível diálogo.

A sensibilização da sociedade é outro dos desafios que devem ser ultrapassados, para que esta perceba a relevância desses espaços e fiscalize as ações que ali acontecem. Para minimizar os prejuízos e maximizar os efeitos positivos é necessário que sejam criadas estratégias para o alcance positivo da gestão sobre o manejo e visitação em uma UC, compatibilizando os interesses dos envolvidos. De acordo com Takahashi (2004, p.16), “A chave para a questão é encontrar um consenso entre os envolvidos, sobre quanto do impacto é aceitável”.

O turismo em UC, quando bem planejado e utilizando as ferramentas (Plano de Manejo e Conselho Gestor), pode alcançar os objetivos propostos nas justificativas de criação da UC, favorecer a compreensão e apropriação pelas pessoas e possibilitar as relações com a sociedade. Em Soure, é possível perceber duas realidades distintas: a primeira é na RESEX, sob gestão do ICMBIO, que se mostra um órgão integrado e articulado com as comunidades locais, de modo que os planos, programas, projetos e ações realizadas alcançam os objetivos propostos, no que tange a sustentabilidade e desenvolvimento local, valorizando a fauna, a flora, a cultura e a sociedade, além de promover atividades que possibilitam a sensibilização quanto à conservação ambiental tanto dos moradores quanto dos visitantes.

Afirmar que se trata de um Turismo de Base Comunitária, considerando só conflitos internos localizados principalmente no Pesqueiro, talvez seja prematuro. De todo modo, o turismo existente nas comunidades da RESEX possibilita a existência “de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento” (IRVING, 2009, p. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar o planejamento e a gestão pública do turismo nas UC em Soure, no que se refere à sustentabilidade e ao desenvolvimento local. Partindo desse objetivo, observou-se que o planejamento e a gestão do turismo em Soure são realizados sob três aspectos: econômico e social e ambiental. Tratando-se de um município incluso em uma APA estadual e com uma faixa de terra como RESEX federal, que tem uma significativa relevância turística nos cenários regional e nacional.

Para que se consiga gerenciar essa área, alguns agentes se fazem presentes em níveis de governo diferentes. Em nível federal, tem-se o ICMBIO, responsável pela gestão da RESEX, e que tem sede fixa em Soure. Essa gestão perpassa, de modo mais específico, a área litorânea, que é a mais frequentada pelos turistas, em busca das praias. Nos documentos de planejamento que guiam a gestão, há uma preocupação relevante quanto ao uso público das praias de Soure, de modo que os planos, programas e projetos envolvem ações para educação ambiental, fiscalização etc.

O planejamento e a gestão pública do turismo para Soure é limitado às praias, de modo mais específico a praia do Pesqueiro, localizada na área da RESEX, onde há um acompanhamento e um diálogo estabelecido por meio do ICMBIO, que articulou parcerias com o IDEFLOR-Bio, com a SETUR/PA, com a SETUR/Soure e a SEMMA/Soure. Cada parceria tem um grau diferente de envolvimento, porém em conjunto estas demonstraram a possibilidade de uma sensibilização das comunidades para o alcance de um turismo que seja organizado pelos próprios moradores e possibilite o desenvolvimento local.

Na área urbana de Soure não foram identificadas ações que integrassem os moradores e/ou os turistas na tentativa de um turismo que pudesse trazer o desenvolvimento local. Os hotéis, em especial, se fecham em si próprios, o que dificulta um diálogo em busca de um objetivo em comum, além da ausência de uma integração da cadeia produtiva do turismo local.

É importante considerar que o turismo pode colaborar para a sensibilização de moradores e turistas, juntamente com o diálogo e participação dos setores público e privado na busca pelo desenvolvimento local do município. Além disso, o envolvimento de todos os agentes da cadeia produtiva, com ações de planejamento e gestão pública do turismo que são indispensáveis para a melhor condução da atividade, com a viabilidade de um turismo com o máximo de benefícios econômicos e sociais e o mínimo de danos ambientais, que possibilite aos envolvidos, em especial moradores e turistas, uma experiência que estabeleça vínculos afetivos e contribua para a sensibilização para com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002.

BORDENAVE, J. E. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. 2017 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_FEV17%20-%20B_Cat.pdf> Acesso em: 06. Jun.

BRASIL. *Projeto Jovens protagonistas*. Soure, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. *Lua Nova: Revista de cultura e política*. n. 81. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000300006>. Acesso em> 01. mar. 2017.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COSTA, P. C. *ABC do turismo: ecoturismo*. São Paulo: Aleph. 2002.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

LEFF, E. *Discursos sustentáveis*. São Paulo: Cortez, 2010.

LOBATO, G. de J. M. et al. Reserva extrativista marinha de Soure, Pará, Brasil: modo de vida das comunidades e ameaças ambientais. *Revista Biota Amazônia*. Macapá, v. 4, n. 4, p. 66-74, 2014.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-9, set. 2002.

MATUS, C. *Adeus senhor presidente: Planejamento, antiplanejamento e governo*. Recife: Editora Litteris, 1989.

NELSON, S. Uso Público nas Unidades de Conservação. In: CASES, M. O. (Org.). *Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando uma experiência de capacitação*. Realização: WWF/Ipê. Instituto de Pesquisas Ecológicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2012.

PETROCCHI, M. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

QUARESMA, H. D. A. B. *O desencanto da Princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá*. 2003. Dissertação (Mestrado) UFPA/NAEA/PPGDSTU, Belém, 2003.

RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus. 1997.